



## A IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO TERRITÓRIO MISSIONEIRO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba  
Daniel Claudy da Silveira  
Romulo Madrid de Mello  
Fernanda Klein Both

### Resumo

As mudanças verificadas no regime de acumulação capitalista mundial, que alterou a dinâmica do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, em paralelo promoveu a substituição dos governos autoritários por formas mais democráticas e descentralizadas do Estado. Com isso, a sociedade civil passou a ser valorizada e a democratização do Estado resultou em novas formas de participação da sociedade, permitindo às organizações sociais maior poder político e retomando o sentido de território enquanto espaço de práticas sociais e da riqueza da convivência dos atores. Porém, não significou que todas as escalas tivessem as mesmas oportunidades frente ao processo de globalização. Inicialmente, frente ao enfraquecimento do Estado e flexibilização econômica, foram privilegiadas as escalas global e local. Em momento posterior, essas duas escalas passaram a ser fortemente criticadas, e o Estado volta a ser valorizado como elemento ordenador e articulador do desenvolvimento regional. A partir desses aspectos contextuais, passam a ser identificadas quatro escalas estratégicas para compreensão e análise das políticas de desenvolvimento regional: a global, a nacional, a estadual e a regional ou sub-regional. Nesse sentido, o objetivo do estudo foi elucidar como se manifesta e se (re) produz nas múltiplas, a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), considerando como recorte empírico, o processo de implantação do Parque Científico e Tecnológico - TECNOURI-MISSÕES, como estratégia para o desenvolvimento regional/territorial missioneiro.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Território. Escalas Espaciais. Parques Científicos e Tecnológicos

### 1 INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento tem sido a questão central para muitos teóricos ao longo dos tempos, em que pese sua análise histórica, vincular-se intimamente ao modo de produção capitalista (vínculo com o crescimento econômico do país ou região e a reprodução do capital nas diferentes escalas produtivas).

No entanto, a partir da década de 1970 e 1980, o tema passa a receber um enfoque qualitativo, emergindo novos conceitos e abordando questões relacionadas a qualidade de vida, liberdade, sustentabilidade, fluxos migratórios especificidades e particularidades regionais (desenvolvimento territorial/regional) e as manifestas e acentuadas desigualdades regionais (WBATUBA ET AL, 2016).

Sobretudo após 1990, ocorreu marcada (re) emergência e proliferação das temáticas do desenvolvimento e do território, seja considerando-os campos teóricos distintos, seja realizando a tentativa de unificá-los em um mesmo corpo analítico,



constituindo a abordagem do desenvolvimento territorial. Também no âmbito da ação política, suas noções gerais, passaram a informar práticas, intervenções e estratégias, de forma bastante disseminada e com discursos dos mais variados atores sociais.

Igualmente, as escalas espaciais passaram a receber tratamentos analíticos mais precisos e sofisticados, avançando para se legitimar como categoria chave nos estudos da dimensão espacial do desenvolvimento territorial.

Pode-se dizer que duas escalas de análise têm sido privilegiadas no desenvolvimento territorial contemporâneo: a escala global e a local. No Brasil, a retomada da questão territorial/regional também sofreu a influência da valorização regionalista “assentada na competitividade entre os territórios, resultado da predominância do capital global com o local” (CARGNIN, 2014, p.39). No entanto, a preocupação é em sentido mais amplo e se refere ao agravamento das históricas diferenças regionais existentes entre os territórios brasileiros no processo de desenvolvimento territorial e que se verifica, claramente no estado do Rio Grande do Sul, em que há concentração de população e atividades econômicas na parte nordeste do Estado em detrimento das demais regiões (CARGNIN, 2014).

Entender a complexidade de relações que se manifestam no território e o (re) produzem ou destroem a partir do seu uso pelos diferentes atores de múltiplas escalas é uma maneira de identificar o seu potencial ou debilidades (CAZAROTTO, 2011).

Diante do exposto é que este ensaio, no esforço de aliar os conceitos teóricos ao campo empírico, busca elucidar como se manifesta e se (re) produz nas múltiplas escalas de poder, gestão e ação dos atores sociais, a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), considerando como recorte empírico, o processo de implantação do Parque Científico e Tecnológico - TECNOURI-MISSÕES como estratégia para o desenvolvimento regional/territorial missioneiro.

O estudo apresenta, de forma sucinta, os conceitos centrais de desenvolvimento, território e região, além das escalas de poder, gestão e de atores que orientam a política da CT&I (com enfoque nos Parques Tecnológicos). Após, segue-se pela metodologia, considerações acerca da análise multiescalar do objeto empírico, considerações finais e referências bibliográficas.



## 2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/REGIONAL

Como embasamento teórico de suporte à análise multiescalar do objeto empírico do estudo, apresenta-se nesta parte- em linhas gerais- concepções, enfoques e conceitos sobre desenvolvimento, território e região.

### 2.1. *Desenvolvimento: concepções e enfoques*

Em termos resumidos a temática do desenvolvimento se manifesta através de duas grandes concepções que se destacam no processo de acumulação capitalista. A primeira sob a ótica do *regime de acumulação fordista/fossilista* e, a segunda, por meio do *regime de acumulação flexível*.

O grande período marcado pelo *regime de acumulação fordista-fossilista*, anunciava o desenvolvimento baseado na esteira da industrialização e da urbanização, com impacto ambiental altamente entrópico, com uma DIT clássica, e com o mundo dividido em socialismo/capitalismo. Esse momento ocorria dentro de um período histórico entendido como modernidade capitalista, e possuía um único direcionamento (desenvolvimento viabilizado pelo planejamento- FBI, Banco Mundial), que prevaleceu até meados dos anos de 1980.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, a acumulação fordista entrou em crise e um novo regime de acumulação surge, contrapondo-se justamente à característica mais marcante daquele, através da chamada acumulação flexível.

O *regime de acumulação flexível*, entende o desenvolvimento a partir da dispersão/diversidade, com impacto ambiental configurado na busca pela sustentabilidade, e enquadra uma nova DIT (onde não é mais a matéria-prima que se move para os grandes grupos/empresas e sim, as próprias empresas se movem para mercados mais promissores – deixando a nacionalidade em segundo plano, surgindo as empresas transacionais). Esse momento ocorre dentro de mundo multipolar, cujo período histórico foi entendido como pós-moderno/pós-fordista e cujo início deu-se a partir dos anos de 1980.

O debate sobre desenvolvimento a partir de meados da década dos anos 1990 ressurgiu decorrente de uma série de fatores e/ou motivações associadas: estancamento da fase expansionista do pós-guerra já em meados da década de 1970; enfraquecimento do papel do Estado na condução de suas políticas em razão do enfoque neoliberalista dos anos 1980; dos insatisfatórios resultados das propostas de



desenvolvimento rural implantadas em diversos países, particularmente em relação a redução da pobreza rural; a inquietude social, econômica e política gerada pela disseminação da desesperança em relação ao futuro e do complexo conjunto de novos processos- sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais entre outros- vinculados usualmente à expressão “globalização”, que acabaram criando um período de incertezas, riscos e mudanças rápidas e profundas. O tema então, a partir de meados dos anos 1990, começa a experimentar significados de ordem mais qualitativa, tais como a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, liberdades individuais, eliminação da pobreza, inclusão social, fortalecimento de regiões, entre outros (NAVARRO, 2001).

## **2.2 Território e região: conceitos e enfoques**

Outra importante discussão envolvendo a temática sobre desenvolvimento é relacionado ao “território”, sua concepção e perspectivas diversas no estudo do desenvolvimento territorial/ regional.

A primeira importante diferenciação conceitual se refere ao espaço e ao território, que segundo RAFFESTIN (1993), relaciona o conceito de espaço ao patrimônio natural existente numa região definida, enquanto que no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores, ou seja, o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006).

Nesse sentido, Pecqueur (2000) diferencia um outro tipo de território, o construído, ou espaço-território, que, segundo o autor, é formado a partir de “um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum” (PECQUEUR, 2000).

Para Flores (2006), esse território, entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e até mesmo por ações de organizações privadas, como de iniciativas do poder público (políticas públicas municipais, estaduais ou federais).



Destaca-se que o espaço e os problemas relacionados à gestão do espaço eram tratados de forma marginalizada pelo pensamento econômico e somente a partir do final do século XIX, desenvolve-se a noção de região e o estudo em relação a organização territorial das sociedades (BENKO, 1999).

O conceito de região foi evoluindo na história do pensamento geográfico e econômico, em razão dos contextos históricos e espacial em que foram criados. Para Benko (1999), a ciência regional é inseparável do conceito de região, pois concebe-se a região como uma área geográfica, que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política.

Arelado ao regime de acumulação flexível- modelo atual de reprodução do capital-, encontra-se o processo de globalização que vem reconfigurando os territórios e apresenta-se sob pelo menos duas faces: “a da perversidade do processo em si, expressa na territorialização dos interesses dos segmentos hegemônicos, e a da oportunidade que se apresenta aos atores regionais, quando se apropriam de conhecimentos que lhes permitem reagir, superar a passividade” (ETGES, 2014, p.48).

A dinâmica econômica das regiões, que por sua vez, se vê afetada pelo comportamento dos atores locais, é portanto, condicionada pelo processo de globalização, pois afeta os sistemas produtivos das regiões centrais e periféricas, em razão de sua dotação de recursos humanos e naturais, e de sua forma de inserção, mais ou menos autônoma.

Santos (2006, p. 192), destaca que “a tendência atual é na união vertical dos lugares”, visto que créditos internacionais são postos à disposição dos países e regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital.

Mas os lugares também podem se fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. E, nesse sentido, Santos (1996) afirma categoricamente que a única forma de frear a perversidade do processo de globalização, é por meio do fortalecimento das regiões.

Portanto, os atores regionais, entendidos como sociedade civil organizada apresentam-se nas mais diversas formas de expressão- prefeituras, associações, conselhos municipais e/ou regionais, ONGS, cooperativas, entidades sociais e/ou comunitárias, entre outras, que se encontram na chamada dimensão da contiguidade



territorial ou espaço banal (SANTOS, 1996), formam o necessário contexto potencial para o surgimento das regiões, enquanto expressões da horizontalidade, tendo como arena o território.

### 3 AS ESCALAS ESPACIAIS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cabe inicialmente, conceituar escala: “É uma estratégia de aproximação do ‘mundo real’, um mecanismo de compreensão da realidade, por causa da impossibilidade de apreendê-la na sua totalidade” (CASTRO, 2005).

Ao longo das últimas décadas, as escalas espaciais passaram a receber tratamentos analíticos mais precisos e sofisticados, avançando para se legitimar como categoria chave nos estudos da dimensão espacial do desenvolvimento territorial.

Em especial, o foco do debate foi a investigação sobre natureza das escalas espaciais no capitalismo, sendo que a polêmica maior surgiu da questão de que a “escala não poderia ser vista tão somente em sua dimensão cartográfica-analógica-métrica, mecanicista e geometral, tomada como uma relação de proporcionalidade, dotada de representação e comensurabilidade de medidas de tamanho e enquanto entidades fixas” (BRANDÃO, 2011, P. 6).

Segundo o mesmo autor,

Escalas são inerentemente inexatas e dinâmicas. Não podem ser tomadas enquanto unidades imutáveis ou permanentes, pois são justamente inscritas e esculpidas em determinado espaço e erguidas ou erigidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais (2011, p. 6).

Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados facilita melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir o que e com que meios cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar (BRANDÃO, 2011)

As escalas devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa. Nem as estruturas e lógicas econômicas nem as heranças



históricas em si determinam e instauram escalas (...) diferentes agentes propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem” (VAINER, 2007, P. 17).

### **3.1 Escalas de poder, gestão e atores nas políticas de desenvolvimento regional**

As mudanças verificadas no regime de acumulação capitalista mundial, que alterou a dinâmica do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, abarcou em movimento paralelo- especialmente na América do Sul- a substituição dos governos autoritários por formas mais democráticas e descentralizadas do Estado, deixando de ser a fonte de poder unidimensional e passando a dividir e dialogar com diversos outros autores, influenciando e sendo influenciado pelas suas estratégias e conflitos. (CARGNIN, 2014).

Com isso, a sociedade civil passou a ser valorizada e a democratização do Estado resultou em novas formas de participação da sociedade, permitindo às organizações sociais maior poder político e retomando o sentido de território enquanto espaço de práticas sociais e da riqueza da convivência dos atores, consubstanciado em uma “geopolítica de relações multidimensionadas de poder em diferentes níveis espaciais” (BECKER, 1983, P. 7).

Porém, o novo sentido de território não significou que todas as escalas tivessem as mesmas oportunidades frente ao processo de globalização. Inicialmente, frente ao contexto de flexibilização econômica e enfraquecimento do Estado, foram privilegiadas as escalas global e local, momento em que os grandes *players* globais negociam suas estratégias de expansão territorial diretamente com a escala local (VAINER, 2007).

Passada a onda inicial da liberalização que enfraqueceu a ação do Estado em setores considerados estratégicos, essas duas escalas- global e local, passaram a ser fortemente criticadas, (re) valorizando o Estado como elemento ordenador e articulador do desenvolvimento regional. Cargnin (2014), enfatiza que a partir desses aspectos contextuais e o que preconiza a discussão teórica, foram identificadas quatro escalas estratégicas para compreensão e análise das políticas de desenvolvimento regional: a global, a nacional, a estadual e a regional ou sub-regional.

A escala global compreende as principais interfaces do território em estudo com o sistema mundial e envolve a ação das grandes empresas que atuam em



diversos países, comumente denominados de *players* globais, que têm intensificado suas ações em regiões periféricas e negociado diretamente com o poder local, suas instalações.

A escala regional ou “local”, refere-se a atuação de atores intrarregionais e envolvem uma gama grande de atores, a exemplo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e Associações de Municípios.

A escala nacional representa a ação do Estado Nacional, com sua função de regulação de fronteira e de integração nacional, representada pelo então Ministério de Integração Nacional e sua PNDR- Política de Desenvolvimento Regional, além de outros ministérios, empresas públicas e de fomento e empresas privadas, porém em grau menor de relevância.

Por fim, a escala estadual é entendida por meio das ações desenvolvidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, através de seus poderes constituídos no território, como fóruns e associações representativas que interagem na formulação das políticas públicas de desenvolvimento regional (CARGNIN, 2014).

Portanto, território, escalas e desenvolvimento são constructos sociais conflituosos, resultantes de produções humanas coletivas, dinâmicas e multidimensionais que contam com vários atores e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto (BRANDÃO, 2006).

## **4 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Nas últimas décadas foi retomado de maneira enfática o debate sobre o papel da inovação no desenvolvimento econômico e vários são os autores que resgatam a contribuição seminal de Schumpeter (1943) e vêm analisando o papel da inovação na competição e no sucesso produtivo.

A importância da inovação e sua velocidade é ampliada com as transformações contemporâneas e em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas (baseadas em recursos naturais) perdem importância relativa e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. Em uma sociedade informacional, fica cada vez mais difícil





as organizações, ou agentes produtivos, reter a exclusividade dos conhecimentos técnicos. (CAMPOLINA DINIZ ET AL, 2007).

Frente as grandes transformações ocorridas nas últimas décadas, nas quais as possibilidades de novos usos do território ampliam-se sobremaneira através da intensificação do uso da ciência, tecnologia e inovação nas mais diversas atividades humanas, a implantação e difusão de bases técnicas, científicas e tecnológicas (Polos, Incubadoras, Centros de Pesquisa, Parques Tecnológicos), podem contribuir para um processo de desenvolvimento mais justo no Brasil.

O conceito de inovação utilizado pelo até então, Ministério de Ciência e Tecnologia é o constante no Manual de Oslo, o qual infere:

Inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional na prática de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Já o conceito de inovação voltado aos contextos territoriais, ganha sentido a partir da descentralização da gestão do territorial resultante da reforma do Estado, versado por alguns autores, lhes sendo similar o enfoque de que a inovação caracteriza-se por processos complexos que envolvem uma pluralidade de atores e instituições. A inovação territorial pode ser objeto de análise e também proposta de ação em busca de desenvolvimento estratégico. (MEDEIROS ET AL, 1990).

#### **4.1 Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Frente aos desafios do tempo e no espaço em que se vive (este definido como meio técnico-científico-informacional, de acordo com Milton Santos (1999), o conhecimento, a tecnologia e a inovação emergem como os principais fatores de competitividade para os setores produtivos e sistemas territoriais, em suas diferentes escalas. Segundo o PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, se bem aplicado, o conhecimento, a tecnologia e a inovação, podem contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e espaciais, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O processo de institucionalização do setor de C & T, ocorreu basicamente entre 1950 e 1985. Em 1946 a 1964, foram criados vários órgãos de pesquisa, associação de cientistas e instituições de gestão e fomento à ciência.



Entre elas destacam-se: a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC em 1948; o Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq (1951); Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal- CAPES em 1952

A criação da CAPES e CNPq, representam as principais iniciativas da C&T, embora possuam orientações diferenciadas- CNPq voltada à orientação militar com pesquisa nuclear e do domínio do ciclo atômico. A CAPES sob criação e primeira coordenação de Anísio Teixeira, buscou a democratização e a qualificação de pessoal em ensino superior. (BAUMGARTEN, 2008).

Na escala Estadual, as atividades de C&T iniciaram nos anos 1940, porém a institucionalização da C&T na estrutura organizacional do Estado inicia em 1987 e a Secretaria de Ciência e Tecnologia é criada formalmente em 1990.

A então SCT/RS abriga diversos programas e entidades, merecendo destaque:

- ✓ Programas: Polos Tecnológicos (1989); Rede Petro/RS (1999); Programa Gaúcho de Parques Tecnológicos e Científicos –PGTEc (2004);
- ✓ Entidades: Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEc (1942); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária- FEPAGRO (1994); Fundação de Amparo à Pesquisa no RGS- FAPERGS (1964); UERGS (2001);

No Rio Grande do Sul, Lei 13.196, de 13 de julho de 2009, estabelece medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O Governo/RS, tem incentivado à inovação e fomentado as Instituições de Ensino, através de convênios e verbas financiadas pelo Banco Mundial, para implantar e fortalecer as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, APLs, Polos de Tecnologia, Núcleos de Inovação e Transferência Tecnológica e Parques Científicos e Tecnológicos.

É preciso, no entanto, levar em conta as desigualdades regionais e as potencialidades e capacidades locais de conhecimento, buscando qualifica-las, tendo em vista sua proximidade e maior identificação com as necessidades locais. É preciso que a inovação perpassse o social, em especial as camadas sociais e os contextos espaciais historicamente excluídos e, para isso, é necessário integrar as ações de C, T&I, entre os diferentes ministérios e secretarias estaduais, municipais e múltiplas escalas de gestão (BAUMGARTEN, 2008).



No Brasil, o movimento de parques tecnológicos é tardio. Algumas experiências foram lançadas nas décadas de 1980 e 1990. Essas experiências, em sua maioria, sofreram os impactos da descontinuidade de ações, ausência de políticas específicas para apoio à iniciativa, da resistência de parte dos ambientes acadêmico-universitário, e da falta de formalização.

A sustentação teórica sobre a validade de criação de parques tecnológicos fundamenta-se em grande parte na teoria dos polos de crescimento, originalmente formulada por François Perroux. Segundo o autor, o crescimento econômico pode ser induzido pela ação deliberada do planejamento econômico estatal, que pode direcionar investimentos produtivos para promover mudanças estruturais na economia de uma região (PERROUX, 1961).

No país, instrumentos de políticas públicas têm sido implementados, como os Fundos Setoriais, a Lei da Informática, a Lei da Inovação, a Lei do Bem e incentivos fiscais. Associadas a esses instrumentos, são encorajados mecanismos de transformação do conhecimento em bens e serviços como as Incubadoras, os Arranjos Produtivos Locais, os Polos de Tecnologia e os Parques Tecnológicos.

A Lei 13.196, de 13 de julho de 2009, estabelece medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica no RGS e define em seu art. 2º, Inciso X:

parques científicos e tecnológicos – organização, gerida por profissionais especializados, cujo objetivo fundamental é aumentar a riqueza da comunidade em que se insere mediante a promoção da cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições intensivas em conhecimento associadas à organização, tais como universidades e institutos de pesquisa, envolve necessariamente a promoção do relacionamento entre a universidade a que está vinculado e os setores empresarial, industrial e/ou outros setores da sociedade, visando estimular o processo de inovação, a facilitação da transferência de tecnologia e habilidades entre a academia e o setor empresarial, promovendo o desenvolvimento sustentado da região onde atua (LEI 13.196, 2009).

Assim, criou-se Políticas Públicas no RS, fazendo com que as regiões divididas pelos seus Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDEs) pudessem receber recursos financeiros, para a pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com o ESTUDO DE PROJETOS DE ALTA COMPLEXIDADE INDICADORES DE PARQUES TECNOLÓGICOS realizado pelo MCTI em 2013, existem no Brasil, 94 iniciativas de parques reconhecidos no país, em diversos estágios (em projeto, em implantação e em operação)



Dados referendados pela SCIT/RS (Secretaria de Estado da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do RS), já foram cadastrados mais de 20 projetos, destes, 12 estão credenciados (3 considerados consolidados, 3 em consolidação, 3 com suas obras iniciadas e 3 aguardando recursos para o início da implantação).

A competitividade na era do conhecimento, está na capacidade em transformar conhecimento em produtos ou serviços. Como é a universidade que detém o domínio da geração do conhecimento, passa a representar um elo ou uma interface fundamental na competitividade das empresas e do país, sendo essa relação um dos fatores críticos de sucesso para a qualidade de vida da população (ARANHA, 2009).

## 5 METODOLOGIA

Para delinear a pesquisa, utilizou-se a taxionomia apresentada por Vergara (2015), que classifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e aos meios.

FINS	MEIOS
<p><b>Descritiva:</b> porque descreveu num primeiro momento, a caracterização da dinâmica territorial da Região das Missões; Num segundo momento, apresenta a descrição e análise do processo de articulação dos atores sociais (nas escalas local, regional, estadual e nacional) na criação de um Parque Científico Tecnológico, na região das Missões.</p> <p><b>Explicativa,</b> porque buscou tornar inteligível e justificar os motivos, que levaram à implantação de um Parque Científico e Tecnológico na Região abrangida pelo Corede Missões.</p>	<p><b>Bibliográfica:</b> por meio de fundamentação teórica desenvolvida com auxílio de material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, e demais materiais acessíveis ao público em geral;</p> <p><b>Documental:</b> pois se utilizou de documentos internos relacionadas a constituição do TECNOURI-Missões</p> <p><b>Estudo de caso:</b> pois utilizou-se de um único caso (TECNORI-MISSÕES) para a análise multiescalar, tendo caráter de profundidade e detalhamento na proposição em estudo.</p>

Quadro 1: Classificação da pesquisa, conforme Vergara (2015)

Fonte: Elaborada pelos autores

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada com o gestor técnico e o gestor científico do referido Parque, por serem atores presentes desde a etapa inicial de discussão e construção do projeto. Os dados coletados foram tratados, qualitativamente, por meio da análise de conteúdo;

## 6 RESULTADOS DA PESQUISA

Para melhor compreensão e análise dos resultados do estudo, apresenta-se primeiramente, a caracterização da dinâmica territorial da região das Missões, por



meio dos estudos realizados pelo COREDE MISSÕES. Em seguida, apresenta-se a escala de análise (nacional, estadual, regional e local) do processo de criação do Parque Científico e Tecnológico- TECNOURI-MISSÕES e os múltiplos atores envolvidos.

### **6.1 Caracterização da Dinâmica Territorial da Região das Missões**

As mais recentes e bem sucedidas experiências de desenvolvimento regional se baseiam na concepção de que o fator determinante no desenvolvimento e na competitividade de uma região é a capacidade de atuação organizada da própria sociedade local (PIRES, 2001).

Salienta-se que os países em desenvolvimento têm estimulado os modelos de crescimento baseados na regionalização dos fatores competitivos (em contraposição à globalização do capital e das megacorporações), caracterizados por redes de pequenas e micros empresas, em resposta às grandes corporações. Esse modelo se mostra mais adequado à realidade da região em desenvolvimento, pois não é intensivo em capital e não pressupõe grandes investimentos estatais em infraestrutura, sendo, ao mesmo tempo, socialmente mais justo (distribuição de renda e de emprego) e competitivamente mais adequado.

A região das Missões, politicamente, integra a regionalização dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento- COREDES, criados pela Lei 10.283 de outubro de 1994, e constitui-se na região de abrangência do COREDE MISSÕES.

A região do COREDE Missões é composta por 25 municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá,, Pirapó, Guarani das Missões, Mato Queimado, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Angelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Sete de Setembro, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Ubitama e Vitória das Missões.

Segundo Zarth (1997), os conflitos entre Portugal e Espanha pela delimitação de suas fronteiras coloniais transformaram a Região das Missões em objeto de luta pela apropriação de suas terras, sua gente e suas riquezas. Com o fim das reduções jesuíticas e do domínio dos portugueses sobre as Missões, formou-se, na região um centro de atração de novos estancieiros que recebiam terras de autoridades locais.



Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo do arroz e atualmente o da soja.

Assim, as características históricas da formação sociocultural da Região das Missões foram marcadas, nos primeiros tempos, por um quadro heterogêneo em que predominou uma cultura identificada por disputas de ocupação das terras devolutas. Num momento posterior a outras regiões do Estado, a Região das Missões passou por uma transformação sociocultural com a chegada dos primeiros imigrantes europeus.

Portanto, essas transformações trouxeram consigo uma redefinição da própria concepção de sociedade e do papel representado pelo trabalho na estruturação das relações sociais.

A área total da Região das Missões corresponde a 4,6% do território do Estado do Rio Grande do Sul. Suas altitudes variam de 0 a 360 m distribuídos predominantemente na unidade geomorfológica do Planalto Meridional. Seus Municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e pertencem aos biomas Pampa e Mata Atlântica.

Em relação a economia regional, o COREDE Missões possui uma base econômica voltada à agropecuária (SEPLAN, 2015, p. 08), em que se destaca a pecuária, e o cultivo de grãos, como milho, trigo, e, principalmente, soja. Por sua vez, a indústria, está ligada ao beneficiamento de produtos primários e, comércio e serviços, estão voltados ao abastecimento e suporte ao setor primário e secundário provenientes da agropecuária. Outro importante ativo da região é o turismo histórico e cultural, bem como potenciais físico-naturais ainda inexplorados.

Em 2010, o COREDE possuía uma população de 248.016 habitantes, que segundo a Fundação de Economia e Estatística - FEE (2016), representa 2,3% da população total do Rio Grande do Sul.



Municípios	População	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Taxa de urbanização (%)	Densidade demografica (hab/km <sup>2</sup> )
Bossoroca	6.884	3.509	3.375	3.682	3.202	53,49	4,3
Caibaté	4.954	2.532	2.422	2.745	2.209	55,41	19,1
Cerro Largo	13.289	6.617	6.672	10.571	2.718	79,55	74,8
Dezesseis de Novembro	2.866	1.469	1.397	667	2.199	23,27	13,2
Entre-Ijuis	8.938	4.415	4.523	4.893	4.045	54,74	16,2
Eugênio de Castro	2.798	1.415	1.383	1.480	1.318	52,89	6,7
Garruchos	3.234	1.682	1.552	1.057	2.177	32,68	4,0
Giruá	17.075	8.338	8.737	12.907	4.168	75,59	20,0
Guarani das Missões	8.115	3.951	4.164	5.030	3.085	61,98	27,9
Mato Queimado	1.799	902	897	479	1.320	26,63	15,7
Pirapó	2.757	1.398	1.359	777	1.980	28,18	9,5
Porto Xavier	10.558	5.300	5.258	5.210	5.348	49,35	37,6
Rolador	2.546	1.318	1.228	608	1.938	23,88	8,6
Roque Gonzales	7.203	3.622	3.581	3.087	4.116	42,86	20,8
Salvador das Missões	2.669	1.377	1.292	1.094	1.575	40,99	28,4
Santo Ângelo	76.275	36.586	39.689	71.804	4.471	94,14	112,2
Santo Antônio das Missões	11.210	5.579	5.631	6.788	4.422	60,55	6,6
São Luiz Gonzaga	34.556	16.827	17.729	30.508	4.048	88,29	26,7
São Miguel das Missões	7.421	3.880	3.541	3.727	3.694	50,22	6,0
São Nicolau	5.727	2.906	2.821	3.692	2.035	64,47	11,8
São Paulo das Missões	6.364	3.228	3.136	2.199	4.165	34,55	28,4
São Pedro do Butiá	2.873	1.456	1.417	1.209	1.664	42,08	26,7
Sete de Setembro	2.124	1.082	1.042	494	1.630	23,26	16,3
Ubiretama	2.296	1.183	1.113	500	1.796	21,78	18,1
Vitória das Missões	3.485	1.794	1.691	669	2.816	19,20	13,4
<b>COREDE Missões</b>	<b>248.016</b>	<b>122.366</b>	<b>125.650</b>	<b>175.877</b>	<b>72.139</b>	-	-

Quadro 2. População do COREDE Missões – por município – 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da FEE (2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região possui um Centro Sub-Regional<sup>1</sup> (Santo Ângelo, com população de 76.275 habitantes), dois Centros de Zona<sup>2</sup> (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, com 34.556 e 13.289 habitantes, respectivamente) e os demais municípios como Centros Locais<sup>3</sup>. (SEPLAN, 2015), conforme pode ser visualizado no Quadro 2 acima.

Nos municípios da Região Missões estão instaladas 20 representações estaduais, sendo que dessas unidades organizacionais estão localizados em Santo Ângelo: 7º Procuradoria Geral Estado, 13ª Delegacia Regional da Polícia Civil, 10º Batalhão da Brigada Militar, 7º Regimento de Polícia Montada, DML/DI, 3ª SUSEPE,

<sup>1</sup> Caracterizado como centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida, com relacionamentos externos apenas com as metrópoles (SEPLAN, 2015, p. 09).

<sup>2</sup> Entendido como cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata (SEPLAN, 2015, p. 09).

<sup>3</sup> Definido como cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes (SEPLAN, 2015, p. 09).



10<sup>o</sup> STCAS, 9<sup>o</sup> SEFA, 14<sup>a</sup> Coordenadoria Regional De Educação, 14<sup>o</sup> SOPS, 12<sup>a</sup> SSMA, UR DETRAN, Agencia Regional do IPERGS, Superintendência do BANRISUL-Noroeste, CORSAN Missões, UR PROCERGS e 12<sup>a</sup> DPE; e três em São Luiz Gonzaga: 27<sup>o</sup> Delegacia Regional Polícia Civil, CR SAA e 32<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação, o que demonstra a hierarquia da rede urbana.

## **6.2 O Caso do Parque Científico e Tecnológico – TECNOURI MISSÕES**

A ideia fundamental de criação de um parque é propiciar um ambiente local de cooperação de conhecimento entre a universidade/institutos de pesquisa e as empresas de base tecnológica.

Como regra geral o arranjo institucional de um parque é composto por uma parceria entre entidades públicas e privadas em que a universidade, por um lado, e as empresas privadas, por outro, têm um papel chave, dado a importância estratégica destes agentes neste tipo de empreendimento. Além da participação direta da universidade, institutos de pesquisas e centros tecnológicos, no âmbito do setor público, os poderes municipal e estadual entram também como parceiros do empreendimento, através de incentivos fiscais, oferta de infraestrutura física, como edificações e zoneamento urbano, e alavancagem de capital inicial (LEMOS E CAMPOLINA DINIZ, 2001).

Segundo Lemos e Campolina Diniz (2001), no âmbito privado, a presença do setor empresarial e suas entidades representativas é decisiva, pois não é aceitável um parque sem empreendedores. O coração do parque é constituído pelas pequenas empresas emergentes de base tecnológica, que podem surgir como: empresas incubadas, recém criadas, localizadas em edificações com infraestrutura laboratorial e serviços de uso comum, nas chamadas incubadoras (fora ou dentro do parque); empresas recém estabelecidas pós incubação (que podem residir como inquilinos em edificações do parque chamadas “berçário”) e empresas estabelecidas já consolidadas com venda regular de produtos no mercado (em alguns parques as menores podem comprar um conjunto de salas em edificações chamadas “contenedores”). Um segundo tipo de empresas também consideradas estratégicas na criação de um parque são as chamadas empresas âncora constituídas por corporações de grande porte, que trazem credibilidade para o empreendimento





Assim, o pressuposto de um Parque Científico e Tecnológico para a Região das Missões, partiu dos anseios da comunidade regional, em razão da matriz produtiva ser, essencialmente, agrícola (setor primário), baseando-se em sua grande maioria no plantio da tríade (soja, milho e trigo) e de criação (em especial bovina), onde as pequenas propriedades familiares representam quase 85% dos produtores da região.

A fase inicial do projeto (da concepção da ideia), foi delineada pela Universidade a partir da Lei 10.973/2004, Lei da Inovação e da Lei 13.196/2009 fundamentada na experiência e caminhada já agregada, desde a criação da IES em 1968 até 2013, por meio de várias pesquisas acadêmicas-científicas ( com fomento interno e externo- FAPERGS, CNPq-, Credenciamento do Pólo de Modernização das Missões (1995); Mestrado em Direito (2006) implantação NITT (2008); Mestrado em Ensino Científico e Tecnológico (2008); Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações (2011), Credenciamento Incubadora- URINOVA, além do ensino superior em diversas áreas do saber.

Na **escala regional/local**, diversos foram os atores envolvidos no processo de implantação do Parque Científico e Tecnológico, visto que a consolidação do mesmo, possivelmente alavancaria o desenvolvimento regional, geraria mais emprego e renda, aumentaria o PIB, atrairia investimentos, disseminaria a cultura da inovação e promoveria melhoria na qualidade de vida da comunidade regional. A articulação se dá através de atores intrarregionais, nos quais o Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE Missões), a Associação dos Municípios das Missões (AMM) e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) dos 25 municípios do Corede Missões, juntamente com a Universidade ( representada por seus reitores e diretores de campus e presidente da Mantenedora- FuRI) e o poder público municipal (prefeitos, poder legislativo), foram atores com atuação destacada, visto, que de certa forma atuam na organização das demandas dos demais atores sociais envolvidos ( proprietários de empresas privadas, especialmente do ramo de informática industriais de fundição e usinagem, representantes de rede hoteleira, representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento, Saúde, Educação, bispos diocesanos, representantes das entidades locais como CDL, SINDILOJAS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Criadores de Cavalos; representantes das Instituições Financeiras- Caixa Econômica Federal, do Brasil, Bannisul e Sicredi Missões; entre outros).



A universidade contribui significativamente para o sucesso dos parques à medida em que gera fortes economias de localização através de facilidades de laboratórios especializados, consultoria qualificada às empresas e oferta de trabalho qualificado. Em regiões onde as fontes de economias externas são mais limitadas este papel é ainda mais significativo (LEMONS E CAMPOLINA DINIZ, 2001).

O estudo de viabilidade foi desenvolvido pela Universidade- Campus Santo Angelo, com auxílio dos docentes da área da computação, engenharia e área financeira e jurídica da Instituição, em parceria com o Corede Missões sendo este último responsável pelo levantamento de dados e diagnóstico da região.

Elaborada a proposta e definida área para a construção do Parque (área de 5 hectares de propriedade da Universidade), elege-se a empresa âncora e/ou as empresas parceiras. Após o projeto passa a tramitar pelos órgãos de governança da Universidade, de acordo com o previsto no Estatuto da URI e Regimento da FuRI-mantenedora da universidade. Primeiramente, é encaminhado ao órgão de administração interna do campus, denominado *Conselho de Campus* (composto pelos diretores geral, acadêmico e administrativo; coordenadores de curso e de área de conhecimento; chefes de departamento acadêmico; representante dos funcionários técnicos administrativos e dos discentes; secretária acadêmica); Em seguida, encaminhado à *Câmara de Ensino, Pós-Graduação e Extensão* (composta pelo Reitor e Pró-Reitores, Diretores Gerais e Acadêmicos de cada Campus); e *Câmara de Administração* (composta pelo Reitor e Pró-Reitores, Diretores Gerais e Administrativos de cada Campus) e por fim, pelo órgão de administração superior da Instituição, o *Conselho Universitário* ( composto pelo Reitor e Pró-Reitores, Diretores Gerais, Acadêmicos e Administrativos de cada campus; pelos bispos diocesanos de cada município, por um representante dos docentes, dos técnicos administrativos e discentes de cada campus, pelos prefeitos ou presidentes das Câmaras de Vereadores de cada município) .

Aprovado pelos órgãos deliberativos da Universidade, o Reitor emite Resolução 1932/CUN/2014, de Aprovação de Criação do Parque Científico Tecnológico e a Resolução 1973/CUN/2014 que aprova o Regimento do Parque Científico Tecnológico.

A partir disto, o projeto passa pela Prefeitura, para entrada dos projetos para aprovação da obra civil e pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para a emissão de Licença Ambiental e posterior publicação em jornais de circulação local e regional.



Também é necessário o encaminhamento do projeto para emissão da Licença Ambiental Estadual e posterior publicação no D.O.U -Diário Oficial da União) para só então, dar entrada do projeto de “Criação e Implantação do Parque Científico e Tecnológico- TECNOURI Missões na Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia- SCIT/RS.

Aprovado e de acordo com a Lei da Inovação (Lei Estadual 13.196 e Lei Federal 10. 976) o Parque TECNOURI Missões, é credenciado e firmado Contrato entre Governo Estadual e Universidade e o recurso disponibilizado conforme orçamento estadual.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presente nos debates das mais variadas disciplinas do saber, o tema desenvolvimento, remete a uma análise (histórica-temporal-espacial) da evolução conceitual, que necessariamente, para as múltiplas escalas de análise (local, regional, estadual ou nacional) não pode desconsiderar a contextualização na escala global/mundial, dada as relações de ordem econômica, política, social e cultural e até mesmo ambiental, que interferem nas demais escalas de análise.

Considerando a corrente teórica que entende o território como um processo de construção social, resultante de uma ação social que de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço -físico como simbolicamente- (FLORES, 2006; SANTOS, 1999), a capacidade de articulação dos atores sociais envolvidos e das ações dinamizadoras de processos de aprendizagem social e institucional nas múltiplas escalas, possibilitam a criação de novos usos sociais, econômicos, políticos e culturais do próprio território.

Embora estudos na direção de C,T&I- na escala regional sejam recentes no Brasil e até mesmo inexitem em algumas regiões, percebe-se que a dinamização territorial da aprendizagem e cultura da inovação, ainda se apresenta intimamente relacionada ao viés economicista , com vistas a melhorar a competitividades dos territórios diante da economia globalizada.

Ressalta-se que a referida reforma do Estado no Brasil, não deve ser considerada como um fato isolado, visto que é reflexo de um processo histórico, econômico e político mundial de transformações iniciadas na década de 1970 e que resultaram em mudanças nas diversas escalas geográficas de poder e gestão (no



caso Brasileiro, motivadas pela abertura externa (globalização) e interna -de ordem política (BOISIER, 2004).

Neste contexto e a partir do ensaio realizado na Região das Missões, tendo como objetivo de análise as manifestações e produções da C,T&I na escala regional/local pode-se inferir que novos atores regionais emergiram a partir da Reforma do Estado, envolvidos no processo de desenvolvimento regional tais como: as Universidades; Prefeituras e Secretarias Municipais e Estaduais; Coredes, Associações de Municípios além de representantes dos setores privados. Igualmente, destaca-se a construção de novas infraestruturas de caráter regional como: Pólos de Modernização Tecnológica; NITTS; Incubadoras e Parques Científicos e Tecnológicos distribuídos no Rio Grande do Sul.

No caso específico do Parque Tecnológico- TECNOURI MISSÕES, percebe-se a forte presença da Universidade- URI (muticampi) e comunidade regional, especialmente por meio do Corede Missões e Associação de Municípios das Missões- AMM, que se mostraram abertos à inovação (seu aprendizado e reprodução) e, desta forma, possibilitando a articulação dos múltiplos atores sociais envolvidos (local e regional) a participarem na construção de estratégias (multiescalar) para o desenvolvimento das regiões de abrangência.

Por fim, a criação e implantação do TECNOURI MISSÕES, pode ser considerado como fator de contribuição no fortalecimento de integração com a comunidade regional, em prol da geração de C,T&I para atender as demandas da região e, assim, de forma estratégica, promover o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, José Alberto Sampaio. Interfaces: a chave para compreender as pessoas e suas relações em um ambiente de inovação. São Paulo: Saraiva, 2009;

BAUMGARTEN, Maíra. Conhecimento e Sustentabilidade; Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo. Porto Alegre, UFRGS, 2008, v.1

BECKER, Bertha K. O uso político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In BECKER, Bertha; COSTA, Rogério e SILVEIRA, Carmem (Orgs), Abordagens Políticas d Espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p.1-21.

\_\_\_\_\_. Amazônia: Geopolítica na virada do milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006;

BENKO, Georges. A Ciência Regional. Lisboa: Celta Editora- Oeiras: 1999.



BOSIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico. *Redes*, vol.4, n. 1, jan/abr 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio; MONTEIRO DA COSTA, Eduardo J.; e ALVES, Maria Abadia da Silva. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – os novos arranjos institucionais.. In: DINIZ, Clélio C. e CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana – contribuições recentes*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006. p. 195-223.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas. In: Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2007.

CARGNIN, Antônio Paulo. Escalas de poder e gestão e a implementação de políticas de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Política e Planejamento Regional*. RJ, v. , n.1, jan/jun 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1 ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política Rio de Janeiro*: Bertrand Brasil, 2005.

CAZAROTTO, Rosemari. A geografia do conhecimento na inovação do território a partir dos Pólos de Inovação- RS- Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari –RS. .Porto Alegre: UFRGS, 2011.

COREDE MISSÕES. Relatório Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS-Planejamento Estratégico, 2006. Acesso em 11/02/2015. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/>

ETGES, Virginia E. *Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma Santa Cruz do Sul*: Edunisc, 2005.

ETGES, Virginia E.; CARISSIMI, Eduardo. Territórios luminosos e territórios opacos- uma análise a luz das contribuições de Milton Santos. In REDES- *Revista do Desenvolvimento Regional do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: UNISC, vol. 19, Ed. Especial, 2014, p. 1-184;

ETZKOWITZ, Henry. *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009;

FERNADÉZ, Victor Ramiro. Estratégias de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad (es) y límites. *EURE* (Santiago), dic.2001, vol. 27, nº 82.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro, BRANDÃO, Carlos. *Escala e Políticas del Desarrollo Regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila srl, 2010.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade - RIMISP – 2006.



LEMOS, M.B. e DINIZ, C.C. Vantagens comparativas da área metropolitana de Belo Horizonte no contexto nacional, in *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 31, pg.530-49, 2000.

MEDEIROS, José A.; MATTEDI, A.; MARCHI, M. Polos tecnológicos e núcleos de inovação: lições do caso Brasileiro. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 4, n. 25, 1990, p. 3-12

MOORE, Adam. "Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice". *Progress in Human Geography*, vol.32, n.2, 2008, p. 203-225.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

PECQUEUR, Bernard. Qualite et développement – L'hypothese du panier de biens. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

PERROUX, F.. *L'économie du XX siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Modo de produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial. *Revista Território*, Ano IV, nº 6, Jan-Jun/1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 174.

SEPLAN. *Governo Estado do Rio Grande do Sul. PERFIS- REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO*. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2015

SILVEIRA, Rogério Leandro. *Desenvolvimento Territorial e Escalas de Análise*. Material elaborado para a Disciplina de Desenvolvimento Territorial e Escalas de Análise- do PPGDR- Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. Londres, Allen & Unwin, 1943. S

VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os desafios da fragmentação. In. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V.9, nº 1, maio, 2007. P.9-23. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/167/151>

WBATUBA, Berenice B.R.; SILVEIRA, Daniel C.; LUCCA, Emerson J. ET AL A região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e sua dinâmica de desenvolvimento territorial. In BOFF, Vilmar A.; DA SILVEIRA, João S. T. *Inovação, desenvolvimento e empreendedorismo> a interdisciplinaridade como estratégia de gestão*. Santo Ângelo: FuRI, 2016, p 273-293.